Agroecologia e desenvolvimento territorial

Miguel Angelo da Silveira¹, José Maria Gusman Ferraz², Marlise A. Bassani³.

RESUMO

O presente texto propõe a reflexão sobre os temas do território e da agroecologia. Busca contribuir para a qualificação do debate mais específico relacionado aos produtos agro-alimentares do território provenientes de uma base agroecológica de produção familiar. Aponta, finalmente, que a agroecologia é um elemento fundamental no processo de ordenamento territorial.

PALAVRAS - CHAVE: agricultura familiar; sustentabilidade alimentar; políticas públicas.

Agroecology and territorial development

ABSTRACT

This article deals with the themes of territory and agroecology, aiming to contribute to the specific debate concerned to the territory agro-food products originated from an agroecologic basis of family production. It points out that agroecology is an important element related to the sustainable development process of the territory.

KEY-WORDS: family agriculture; food sustainability; public policies.

INTRODUÇÃO

No que se refere à agricultura familiar, a sustentabilidade alimentar é garantida pelo acesso não só aos alimentos em si, como também à produção, distribuição e controle de preços. Neste contexto, o caminho para aumentar a oferta de produtos agrícolas e agroalimentares de qualidade se apóia em princípios agroecológicos de produção e passa por políticas de ordenamento territorial.

A abordagem territorial, ao levar em consideração aquilo que ela tem de mais específico, possibilita o resgate, ao nível do conhecimento, do agricultor familiar que é, ao mesmo tempo, o sujeito social da unidade territorial e o gestor do espaço rural.

¹ Embrapa Meio Ambiente. Cx. Postal 69. 13820-000, Jaguariúna, SP. miguel@cnpma.embrapa.br

² Embrapa Meio Ambiente. Cx. Postal 69. 13820-000, Jaguariúna, SP. ferraz@cnpma.embrapa.br

³ Pós Graduação em Psicologia Clínica e Faculdade de Psicologia – PUC/SP – Rua Monte Alegre, 984. Perdizes, São Paulo, SP. CEP: 05014-001. marlise@pucsp.br

O enfoque agroecológico, por sua vez, ao fornecer as bases para a produção sustentável, e diferenciada de alimentos, assegura a manutenção das identidades gastronômicas territoriais e a sobrevivência da agricultura familiar.

Com base nesta concepção, a agroecologia é o elemento catalisador e transformador da realidade da produção familiar. Essa perspectiva também se presta para uma reorientação de políticas de desenvolvimento territorial.

A ABORDAGEM TERRITORIAL

O território é um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições (VILAIN, 1999).

Sua população, com grupos sociais relativamente distintos, se relaciona interna e externamente e contribui para o desenvolvimento territorial, se se entende o território como resultado de dinâmicas.

A repartição geográfica de um território, considerando o tipo determinado de sua ocupação, permite a identificação de seus projetos coletivos, de seus produtos respectivos e a distinção de um ou mais elementos que indicam identidade e coesão (social, cultural e territorial) (SABOURIN et al, 2002).

Nesta perspectiva dá-se ênfase aos conhecimentos, práticas e representações utilizadas na produção, usos, difusão e conservação de recursos do território. Podem ser também abordados os procedimentos e viabilidades relacionadas à proteção geográfica (IGP), denominação de origem controlada (DOC) e a relação com o tema da certificação da qualidade e mercado solidário.

Ao propor uma imersão progressiva em torno das problemáticas do desenvolvimento e agricultura sustentáveis, a perspectiva territorial equaciona o lugar da agricultura familiar no contexto do território.

O ENFOQUE AGROECOLÓGICO

A Agroecologia, entendida como uma ciência ou um conjunto de conhecimentos e métodos, que permite estudar, analisar e avaliar agroecossistemas, dentro do conceito de sustentabilidade, privilegia a manutenção em longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; o mínimo de impacto adverso ao meio ambiente; melhor compatibilização entre as atividades produtivas com o potencial dos agroecossistemas; redução no uso de insumos externos e não renováveis, com potencial danoso à saúde ambiental e humana; satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda; atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais (CAPORAL E COSTABEBER, 2002).

A produção agroecológica de alimentos, cada vez mais aceitável técnica, econômica e socialmente pelos consumidores que vivem nos grandes centros urbanos, representa uma "nova" forma de produção alternativa que preserva o meio, oferta produtos de qualidade, mantém a tradição cultural e se mostra viável economicamente.

Sob a perspectiva territorial, a prática agroecológica revitaliza os produtos agrícolas e alimentos genuínos de um território, portadores de carga cultural e saberes tradicionais, além de qualificar e potencializar o seu acesso aos circuitos de comercialização convencionais. Desta forma, a agroecologia contribui também com a integração econômica e social do território.

CONCLUSÕES

A perspectiva analítica aqui resumida permite afirmar que a agroecologia é um instrumento inovador de gestão territorial, pois ao introduzir práticas de produção com

respeito aos recursos naturais renováveis, também se harmoniza com as tradições, os modos de vida, meios e necessidades reais das populações.

LITERATURA CITADA

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002. 54p. (Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/RS. Sustentabilidade e Cidadania, 5).

SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Ed.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 402p.

VILAIN, L. **De l'exploitation agricole à lágriculture durable**: aide méthodologique à la mise en place de systèmes agricoles durables. Dijon: Educagri, 1999. 155p. il.